

## **ANEXO XXX - PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**

### **RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**

Atendendo o disposto no inciso I, art. 6.º da Decisão Normativa – TCU n.º 146 de 30 de setembro de 2015, seguem as informações suplementares referentes às contas do exercício de 2015.

Em relação às principais informações sobre a estrutura e o funcionamento da unidade de auditoria interna do TREMG expõe-se, pontualmente:

a) indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna. Se o estatuto ou normas estiverem disponíveis na *Internet*, basta indicar o caminho para acesso. Se não estiverem disponíveis, as normas ou estatuto devem ser inseridas neste item;

Mediante recomendação constante do Parecer n.º 02/2013/SCI/Presi do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que contribuiu para a alteração definitiva na forma de atuação da auditoria interna no TREMG, deixando esta de exercer atividades próprias e típicas de gestão, foram expedidos os seguintes atos normativos:

. Portaria n.º 298/2014 da Presidência, publicada no DJe n.129, p.5, em 24/07/2014 – Dispõe sobre as normas gerais de auditoria interna, de inspeção administrativa e de fiscalização no âmbito do TRE/MG;

. Portaria n.º 299/2014 da Presidência, publicada no DJe n.129, p.9, em 24/07/2014– Dispõe sobre o exercício da atividade de auditoria interna e a tramitação de processos de concessão de benefícios e de despesas de pessoal na SCI;

. Portaria n.º 303/2014 da Presidência, publicada no DJe n.142, p.5-8, em 13/08/2014 – Dispõe sobre as atribuições da Secretaria de Controle Interno e Auditoria e sobre a instituição do Núcleo de Apoio Jurídico vinculado a essa unidade administrativa.

Os normativos podem ser consultados na página do TSE, na internet, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/diario-da-justica-eletronico-1>

Outras normas regulamentam a atividade da auditoria interna do TREMG, como:

- Resolução CNJ n.º 171, de 1.º de março de 2013 – Dispõe sobre as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização nas unidades jurisdicionais vinculadas ao Conselho Nacional de Justiça: [http://www.cnj.jus.br/images/resol\\_gp\\_171\\_2013.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/resol_gp_171_2013.pdf)

- Manual de Auditoria do TSE: [http://www.tse.jus.br/hotSites/CatalogoPublicacoes/pdf/49\\_manualauditoria.pdf](http://www.tse.jus.br/hotSites/CatalogoPublicacoes/pdf/49_manualauditoria.pdf)

Cite-se também as normas de auditoria do Tribunal de Contas da União, gerais e específicas, que têm sido largamente utilizadas de forma orientativa e subsidiária nos exames executados pela unidade de auditoria interna do TREMG.

Em 2016, planeja-se a elaboração de estatuto da atividade de auditoria interna, no âmbito do TREMG, em atendimento à recomendação da Presidência constante do relatório de avaliação de

controles internos, em nível de entidade (PAD nº 1510185/2015), em consonância com o Acórdão TCU – Plenário nº 1.074/2009, com a Resolução CNJ nº 86/2009 e com as Normas Internacionais para a Prática de Auditoria Interna do IIA. Além disso, prevê-se o desenvolvimento de programa de monitoramento da qualidade da atividade de auditoria interna do TREMG, em atendimento à recomendação da Presidência constante do supramencionado relatório de avaliação de controles internos.

b) demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interno no setor público), que é uma das diretrizes Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC;

Desde 2014, a reestruturação organizacional realizada por meio da Resolução TREMG n.º 958/2014, trouxe significativa mudança para esta UCI, efetuando o reposicionamento hierárquico da unidade e vinculando-a diretamente à Presidência. Nestes termos, a auditoria interna tem se reportado diretamente ao dirigente máximo do Órgão quando do encaminhamento de constatações feitas em exames.

O novo posicionamento hierárquico conferiu maior grau de independência em relação às demais unidades internas e mais efetividade aos trabalhos.

Cite-se, também, a aprovação dos atos normativos internos: Portarias da Presidência n.ºs 298, 299 e 303 de 2014, mencionadas no item anterior, que possibilitaram a cessação da execução pela auditoria interna de atividades próprias e típicas de gestão, bem como regulamentaram no âmbito do TREMG as atividades, conferindo independência e proteção, e reconhecendo-a como função essencial à Instituição.

c) demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC);

A estrutura aprovada pela Resolução TREMG n.º 958/2014 e ratificada pela Resolução TREMG n.º 996/2015, posiciona a Auditoria Interna vinculada diretamente à Presidência do Tribunal.

A Secretaria de Controle Interno e Auditoria deste Tribunal é composta por duas Coordenadorias: Coordenadoria de Controle de Gestão e Auditoria e Coordenadoria de Controle de Contas Eleitorais e Partidárias, sendo que as atribuições desta última estão relacionadas com o exame das prestações de contas de campanha eleitoral e das prestações de contas anuais dos partidos políticos.

A Coordenadoria de Controle de Gestão e Auditoria, responsável pela auditoria interna, é composta pelas seguintes Seções: a Seção de Auditoria de Pessoal, a Seção de Auditoria de Regularidade e a Seção de Auditoria Operacional.

O cargo de Secretário de Controle Interno e Auditoria, remunerado pelo CJ – 03, é de livre nomeação e exoneração da Presidência do TREMG, nos termos do inciso XLIII do art. 15 da Resolução TREMG n.º 873/2011 (Regimento Interno).

d) avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da UPC identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes;

A auditoria interna avaliando a estrutura de controles internos do Tribunal, em nível de entidade, constatou a existência de vários indicadores para monitoramento da atuação jurisdicional e administrativa entre eles os constantes no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário – PEPJ; Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral – PEJE; Planejamento Estratégico do TRE/MG – PETRE 2010/2014; Metas Nacionais do CNJ para o Poder Judiciário. Entretanto, os indicadores estabelecidos abordam poucos níveis de atividades.

Alem disso, faz-se necessária a definição de objetivos organizacionais para os níveis intermediário e operacional, com os respectivos indicadores do planejamento estratégico, alinhados, desdobrados e traduzidos em planos táticos e operacionais, visando à operacionalização da estratégia do Órgão.

Importante, também, que sejam instituídas e definidas, formalmente, as atividades de monitoramento contínuo e que sejam estabelecidos procedimentos de monitoramento dos indicadores e das metas previstas no plano estratégico da organização, bem como seja implementado o sistema informatizado que vem sendo desenvolvido para atender às necessidades da Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE.

A elaboração de código de ética e de conduta profissional dos servidores do TREMG, abordando questões como princípios éticos norteadores, e a adoção formal de processo sistemático e integrado de gerenciamento de riscos organizacionais no TREMG também são ações que se fazem necessárias e que fortaleceriam os controles internos da instituição.

Em relação à gestão de recursos humanos, ações de alinhamento do processo de gestão e desenvolvimento de competências com o planejamento estratégico do TREMG; juntamente com a continuidade do processo de mapeamento de competências; bem como o aprimoramento de políticas e procedimentos de controle específicos para acompanhamento do desempenho de servidores; a instituição de procedimentos de controle para monitorar casos de rotatividade de servidores; dentre outras ações, foram propostas com o fim de aperfeiçoar o desenvolvimento do capital humano do Tribunal.

e) descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UPC, das recomendações da auditoria interna;

Os achados decorrentes dos exames realizados pela auditoria interna são consolidados em relatório final, após a manifestação prévia dos gestores envolvidos, e encaminhados à Presidência do Tribunal seguidos de propostas de encaminhamento.

Acolhidas as recomendações feitas, são determinadas providências à Diretoria-Geral junto às áreas envolvidas. Neste momento, o relatório é analisado pela Diretoria-Geral, que encaminha o relatório às áreas para ciência e providências face às recomendações recebidas.

De forma geral, os setores expõem nos autos do relatório as principais providências adotadas, ou que pretendem adotar face às recomendações, em resposta à Diretoria-Geral, que encaminha os autos à auditoria interna para ciência das providências adotadas e planejamento das ações futuras de monitoramento.

f) informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

Atualmente, o monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria interna é feito de forma manual. As ações de monitoramento são incluídas no planejamento anual da auditoria interna.

Em 2016, prevê-se a adoção de sistema informatizado a ser disponibilizado, para toda a Justiça Eleitoral, em parceria firmada entre o TSE e o Banco Central do Brasil. O Sistema Auditar foi desenvolvido pela instituição financeira em atendimento às normas internacionais para dar suporte às atividades de auditoria e controle interno.

Com a adoção do sistema informatizado todas as etapas do processo de auditoria poderão ser automatizadas resultando na padronização dos procedimentos de auditoria, desde o plano de trabalho até o relatório final.

g) informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;

O encaminhamento de relatório final à Presidência por meio de Processo Administrativo Digital – PAD formaliza a devida ciência da alta administração e dos gestores sobre os riscos levantados na execução dos trabalhos de auditoria devidamente relatados, bem como das propostas de encaminhamento apresentadas visando ao tratamento das causas.

Também as ações planejadas de monitoramento garantem o levantamento periódico das providências adotadas pelos gestores e a análise da cessação dos riscos identificados nos exames de auditoria, gerando, se for o caso, novas propostas de encaminhamento a serem apresentadas à Presidência.

Além disso, encontra-se disponibilizada na página da SCI, Intranet, a publicação de “Recomendações”, com numeração própria, em forma de verbetes e constantemente atualizadas, elaboradas pelo NAJ – Núcleo de Apoio Jurídico desta Secretaria e produzidas a partir das reiteradas recomendações decorrentes de auditorias internas realizadas no âmbito deste TREMG. Tratam-se de Recomendações sobre assuntos diversos, que consolidam o entendimento desta UCI e servem de parâmetro aos gestores em seus processos decisórios, tendo em vista que as mesmas representam as melhores práticas da Administração Pública Federal e observam as orientações do TCU e CNJ.

h) descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;

A rotina de comunicação dos riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna segue o fluxo de encaminhamento de relatório final à Presidência por meio de Processo Administrativo Digital – PAD. Os riscos levantados na execução dos trabalhos de auditoria são devidamente descritos no relatório final, bem como seguidos de propostas de encaminhamento apresentadas visando ao tratamento das causas.

Conforme previsto em fluxograma anexo da Portaria n.º 298/2014 da Presidência do TREMG, publicada no DJe n.129, p.5, em 24/07/2014, após a avaliação do conteúdo do relatório final, em caso de não serem aceitas as propostas de encaminhamento feitas, a decisão deverá ser

motivada visando à instrução do Relatório de Gestão e/ou processo de contas anual, nos termos do inciso VII, do art. 50 da Lei n.º 9.784/1999.

Também as ações de monitoramento contribuem para análise periódica das providências adotadas pelos gestores e verificação da cessação dos riscos identificados nos exames de auditoria, gerando, se for o caso, novas propostas de encaminhamento a serem apresentadas à Presidência.

i) informações gerenciais sobre a execução do plano de trabalho da auditoria interna do exercício de referência das contas.

O Plano Anual de Auditoria - PAA, para o exercício de 2015, foi aprovado pela Presidência por meio do PAD n.º 1417913/2014, nos termos do art. 9.º, §1.º, II, da Resolução CNJ n.º 171/2013. Pretende-se, a partir do exercício de 2016, introduzir a boa prática de elaboração de relatório anual de prestação de contas à Presidência do Órgão das atividades executadas no exercício, conforme planejamento aprovado.

No exercício de 2015, os seguintes exames foram executados e resultaram em relatório final encaminhado à Presidência:

- PAD n.º 1415714/2014, concernente à auditoria nos pagamentos de auxílio-transporte intermunicipal e interestadual efetuados no exercício de 2011;

- PAD n.º 1503765/2015, relativo a monitoramento das recomendações feitas em auditoria sobre a aquisição de materiais para setores diversos do Tribunal – exercícios 2005 e 2006;

- PAD n.º 1504995/2015, relativo a avaliação da prestação de serviços de manutenção predial corretiva em imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral;

- PAD n.º 1505222/2015, referente a avaliação dos procedimentos de depreciação dos bens permanentes;

- PAD n.º 1508409/2015, relativo à avaliação das contratações de telefonia, no âmbito do TREMG – exercícios 2010/2013;

- PAD n.º 1509456/2015, referente a monitoramento das recomendações feitas em auditoria na administração dos materiais de consumo no almoxarifado;

- PAD n.º 1510185/2015, contendo avaliação da estrutura de controles internos da Secretaria do TREMG;

- PAD n.º 1515551/2015, relativo a verificação da implementação das sugestões contidas em laudo técnico, emitido pela Fundação Christiano Ottoni, visando à melhoria da estrutura do Centro de Apoio;

- PAD n.º 1515678/2015, relativo a avaliação da concessão de benefício alimentação, em pecúnia, aos mesários e coordenadores de locais de votação – Eleições 2014;

- PAD n.º 1515679/2015, concernente à avaliação das contratações com dispensa de licitação fundamentadas no art. 24, I e II, da Lei n.º 8.666/93 – janeiro a agosto de 2014;

- PAD n.º 1515681/2015, referente à verificação dos procedimentos de baixa dos bens móveis do TREMG;

- Em relação à avaliação dos procedimentos de contratação direta, art. 24, incs. I e II da Lei n.º 8.666/1993 (continuidade do exercício 2014, bem como as contratações de 2015), a análise dos processos selecionados, nos meses de set/2014 a mar/2015, foi concluída com informação juntada aos autos dos respectivos processos selecionados, sem haver relatório final.

Alguns exames tiveram sua continuidade estendida para o próximo exercício, bem como outros tiveram seu início replanejados para 2016, a saber:

- Monitoramento das recomendações feitas em Relatório de Auditoria (SADP 109.827/2011 e 115.749/2011) relativas a gestão da prestação de serviços postais de recebimento, coleta, transporte e entrega domiciliária de encomendas, cartas, telegramas, e outros serviços postais;

- Avaliação de processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, excluídas as contratações por dispensa no art. 24, incisos I e II;

- Avaliação dos serviços continuados com cessão de mão de obra contratados pelo TREMG após a vigência do Acórdão TCU nº 1.214/2013 e das normas internas sobre o tema;

- Auditoria na prestação de assistência médica realizada no TREMG;

- Atos de requisição de pessoal efetuados pelo TREMG;

- Levantamento de riscos relacionados às atividades de concessão de direitos e pagamento de salário e benefícios a servidores e ex-servidores do TREMG, bem como pensionistas, para fins de elaboração do PAA 2016;

- Atos de inclusão/ exclusão de dependentes para fins de concessão de auxílio pré-escolar efetuados pelo TREMG;

- Monitoramento da auditoria sobre serviço-extraordinário realizada nas folhas de pagamento de servidores dos Cartórios Eleitorais do interior no exercício de 2011, conforme Relatório de Auditoria do Processo nº 6009004/ 2011;

- Exame, por amostragem, das folhas de pagamento encaminhadas à SCI, a partir de janeiro/2013, até 23/07/2014 (data anterior à publicação da Portaria nº 299/2014, da Presidência do TREMG);

- Monitoramento de auditoria realizada na Administração dos Serviços de Transporte em 2009;

- Avaliação da Governança de Tecnologia da Informação (TI) do TREMG;

- Avaliação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação do TREMG;

- Monitoramento das recomendações feitas em Relatório de Auditoria (PAD 6007257/2011) relativas à aquisição de materiais para setores diversos do TREMG;

- Avaliação da Governança institucional do TREMG;

- Monitoramento das recomendações feitas em Relatório de Auditoria (SADP 37.116/2010) relativas à administração da segurança interna na Secretaria do TREMG;

- Avaliação da adequação de Indicadores existentes do Planejamento Estratégico do TREMG (PETRE);

- Avaliação da adoção de providências para correção das não conformidades levantadas no Relatório de Vistoria da subestação de energia do Prédio Sede do TREMG, constante do PAD n.º 1.418.134/2014;

- Avaliação do 1º ano de execução da Contratação dos serviços de manutenção predial – SETTA (1º ano).

Importante ressaltar que as atividades planejadas para o exercício de 2015 foram impactadas pelo movimento grevista, bem como pelas dificuldades encontradas pelos setores em atender dentro do prazo as solicitações feitas pela auditoria, pela ocorrência de mudança de lotação de servidores da CCG, e outros fatores. Esclareça-se, contudo, que as atividades foram todas replanejadas para 2016, à exceção da avaliação das contratações relacionadas à construção do Anexo III, que ainda não foram firmadas devido ao atual estágio de negociação com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e restrições orçamentárias.

Em 17 de dezembro de 2015, a Resolução TREMG n.º 1.007, instituiu o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais – PETRE - para o período de 2016 a 2021. Dentre os indicadores estabelecidos, mencione-se o indicador 07: índice de execução do Plano Anual de Auditoria, que mensurará o percentual de auditorias executadas no plano anual de cada exercício e viabilizará a análise da capacidade de execução das auditorias previstas no PAA e facilitará o monitoramento das atividades.

A análise regular de acompanhamento de atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, pensão e desligamento de servidores, é feita na totalidade e passou a ser feita em momento posterior ao ato da gestão de pessoal.

Saliente-se, por fim, que as atividades relacionadas com a verificação do relatório de inventário anual de bens permanentes e de consumo são de execução permanente da auditoria interna e foram realizadas no exercício, após o fechamento dos inventários pelas comissões responsáveis.

**NARA DE SOUZA LOPES**  
Secretária de Controle Interno e Auditoria